



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 12 de junho de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Súmula, um instrumento de segurança jurídica :: Fernando Figueiredo.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Ministérios 'batem cabeça' e paralisam infraestrutura.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Rio+20: Cúpula já tem impasse entre países ricos e emergentes	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Comissão do pacto federativo mantém exigência de unanimidade no Confaz	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
EM TEMPO ONLINE Braga agradece a Dilma por medida em favor da Zona Franca de Manaus	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA SENADO Eduardo Braga agradece a Dilma por medida em favor da Zona Franca de Manaus.....	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Súmula, um instrumento de segurança jurídica :: Fernando Figueiredo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

FERNANDO, FIGUEIREDO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA (ABIQUIM)

Opinião

Depois da mobilização de empresários, trabalhadores, governo e oposição para acabar com a chamada guerra dos portos - mecanismo criado por alguns Estados para conceder incentivos fiscais a produtos importados que resultou no fechamento de inúmeras fábricas e transferência de empregos para o exterior -, ninguém esperava que outro tema conseguisse mobilizar o mundo empresarial, político e jurídico em tão pouco tempo.

Porém, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de publicar uma súmula vinculante sobre a concessão de incentivos fiscais de ICMS para projetos de desenvolvimento industrial conseguiu se transformar, na velocidade da internet, no novo "hit" do outono brasileiro. Originalmente criado como uma zona de comércio destinada à exportação e ao mercado local, o Estado do Amazonas foi responsável por uma surpresa de primeira grandeza: manifestou-se favorável à aprovação da súmula. Tradicional dreno de incentivos federais e o caso mais clássico de desvirtuamento do sistema de estímulos fiscais no Brasil, a Zona Franca de Manaus logo se transformou em base para vendas no mercado nacional à base de eternos subsídios garantidos pelos governos federal e estadual.

Muitos Estados concederam incentivos fiscais, com base em tributos estaduais, para atrair empresas a instalarem sua base produtiva em seus territórios e comercializarem seus produtos em outros Estados, procedimento que foi adotado sem a prévia concordância do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), decisão que, por razões que nem Freud explica, precisa ser unânime.

São Paulo sempre se sentiu prejudicado por esses incentivos, contestou muitos deles judicialmente e ainda atuou, sem razão e sem sentido, empresas que investiram recursos para construir suas fábricas e usufruir de um direito assegurado pelos Estados de origem. Até aí, nada mais que um grande imbróglia jurídico que afetava algumas operações específicas e algumas determinadas empresas.

Porém, após decidir que a lei do Estado do Pará era inconstitucional, o STF decidiu emitir uma súmula vinculante, impondo às instâncias inferiores a obrigação de julgar, no mesmo sentido, qualquer outro processo. Os efeitos econômicos dessa decisão são desastrosos: empresas que realizaram seus investimentos produtivos, de boa-fé, considerando os estímulos fiscais como ponto de apoio para a rentabilidade de seu negócio, podem ser, agora, obrigadas não só a suspender o aproveitamento dos incentivos, como, muito pior ainda, devolver os recursos que receberam e aplicaram em seus negócios. Alguns Estados concedem esses subsídios há mais de 30 anos.


A guerra dos portos mostrou que o desvirtuamento de uma política de incentivos fiscais pode ser gravemente pernicioso para a economia de um país. Mas o Estado de Santa Catarina - o grande vilão da guerra dos portos - demonstra também, de forma exemplar, a importância de uma ação estruturada e inteligente para fomentar investimentos produtivos, inovação e qualificação da mão de obra com a utilização de incentivos tributários para promover o desenvolvimento econômico e social de uma região, como expõe na tribuna do Senado, com muitas razões e sólidos argumentos, o senador Luiz Henrique, ex-governador do Estado.

Nos EUA, a decisão da Shell de instalar um novo cracker, à base de shale gas, envolveu na disputa pela localização do projeto governadores de vários Estados. Recente estudo do American Chemistry Council mostrou que a Pensilvânia, o Estado vencedor, obterá ganhos estimados em US\$ 8 bilhões, além da geração de mais de 17 mil empregos de alta qualificação e bem remunerados. Um exemplo a ser seguido pelo Brasil para a exploração, em benefício da sociedade brasileira, do gás do pré-sal.

Não há, pois, nenhuma dúvida sobre a importância e a conveniência de os Estados utilizarem esses instrumentos em projetos que beneficiem sua população. É certo que a legislação sobre o assunto merece ser revista e modernizada, mas não por meio da ação do Judiciário, pela edição de uma súmula vinculante, mas, sim, por meio de um projeto de lei submetido ao debate público dos representantes eleitos pelo povo.

O STF dará significativa contribuição ao aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas e ao fortalecimento da segurança jurídica se cancelar a emissão dessa súmula e deixar ao Legislativo a disciplina do assunto.

O colunista Celso Ming está em férias.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Ministérios 'batem cabeça' e paralisam infraestrutura		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Projetos em mineração, portos, aeroportos e rodovias estão parados e assessores do governo apontam problemas na qualidade das propostas

EDUARDO RODRIGUES / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O governo de Dilma Rousseff tenta despertar o "espírito animal" dos empresários, mas indecisões do próprio Executivo respondem por boa parte da paralisação que afeta a infraestrutura.

Os **Ministérios** responsáveis por questões que vão do marco regulatório da mineração às concessões de portos e rodovias dizem que já concluíram seus trabalhos e acusam a Casa Civil de "sentar em cima" dos projetos. Mas a avaliação do Planalto é de que a qualidade dos textos apresentados ainda não é suficiente para atender ao nível exigido pela perfeccionista presidente.

A resposta para a demora na publicação de reformas regulatórias é recorrente: "Os estudos das áreas técnicas já foram concluídos e a decisão agora cabe à Casa Civil". Os **Ministérios** dos Transportes e de Minas e Energia, além das Secretarias Especiais de Aviação Civil (SAC) e dos Portos (SEP), mantêm esse discurso afinado.

Da mesma forma, a renovação das concessões das usinas de energia elétrica que vencem a partir de 2015 se transformou numa novela sem data de definição. O governo e o próprio **mercado** já dão como certa a prorrogação dos contratos, a Agência Nacional de Energia Elétrica já fez os estudos para a redução das tarifas, mas o Planalto ainda não definiu o modelo a ser adotado.

Na Secretaria de Portos, ninguém comenta a reforma do sistema portuário, que precisa passar pela licitação de dezenas de terminais e a revisão de contratos de concessão que já venceram ou estão para "caducar". Ao todo, as licenças de exploração de 98 terminais em 15 portos terão vencido até 2013 e a afirmação é de que a Casa Civil estaria para decidir sobre o tema.

A Secretaria de Aviação Civil, por sua vez, afirma estar discutindo com o Planalto o plano estratégico do setor. A expectativa é de que os aeroportos de Galeão e Confins - e mais algum - sejam privatizados, mas com modelagem diferente da utilizada em Guarulhos, Brasília e Viracopos.

O **Ministério** dos Transportes informa que depende da Casa Civil para decidir a renovação de concessões rodoviárias que vencem nos próximos anos, bem como a escolha dos próximos trechos a serem licitados. Além disso, o ministro Paulo Sérgio Passos disse que o decreto que cria a Etav - a estatal que administrará o trem-bala - estaria pronto para ser publicado. Novo adiamento da licitação está a caminho. Termina na sexta-feira o prazo para a divulgação do documento.

Em nota oficial, a Casa Civil respondeu que "os temas relacionados à infraestrutura são continuamente acompanhados e analisados pelos diversos órgãos do **Governo Federal** e são deliberados no momento e da forma mais adequada a garantir os melhores índices de investimentos públicos e privados em infraestrutura no País".

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Rio+20: Cúpula já tem impasse entre países ricos e emergentes		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O chinês Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20, se pronunciou contra a tentativa de países ricos de retirar ou diluir no documento final a ideia da "responsabilidade comum, mas diferenciada", pela qual os desenvolvidos contribuem mais. EUA, Europa e Japão dizem que China, Índia e Brasil, entre outros, devem assumir mais responsabilidade.

Conferência começa amanhã com impasse entre ricos e pobres

Secretário critica tentativa dos países desenvolvidos de voltar atrás em responsabilidades assumidas

Cúpula foi convocada para renovar princípios da Eco-92, não para mudá-los, diz o chinês Sha Zukang, da ONU

CLAUDIA ANTUNES

DENISE MENCHEN

DO RIO

O chinês Sha Zukang, secretário-geral da Rio+20, se pronunciou ontem contra a tentativa de países ricos de retirar ou diluir no documento final da conferência a ideia da "responsabilidade comum, mas diferenciada".

Segundo esse princípio -presente nos acordos globais resultantes da Eco-92-, nações desenvolvidas deverão contribuir mais para o **desenvolvimento** sustentável.

Zukang chegou ao Rio no final de semana e deve ficar na cidade até o final da Rio+20. A Conferência das Nações Unidas sobre **Desenvolvimento** Sustentável começa oficialmente amanhã, com a última rodada de negociações entre os países sobre o texto que será a base do documento final do encontro. Mas eventos paralelos ligados aos temas em debate já estão sendo realizados desde o final de semana.

O secretário lembrou que o objetivo da Rio+20 é "renovar" os princípios da Declaração do Rio e da Agenda 21, aprovadas há 20 anos.

"Nosso trabalho não é mudar os princípios, acrescentar novos ou eliminar qualquer um deles. Todos os 27 princípios da Declaração do Rio são relevantes e válidos hoje, se não mais", disse.

O documento final da Rio+20 não deverá detalhar metas, mas a questão de quem vai pagar a conta para conciliar proteção ambiental com **desenvolvimento** atrasa o acordo sobre o texto.

EUA, Europa e Japão dizem que China, Índia e Brasil, entre outros, devem assumir mais responsabilidades. O G-77, grupo que reúne mais de 130 países em **desenvolvimento**, insiste em manter o princípio da diferenciação.

A negociação continua de amanhã a sexta, mas pode se prolongar até a cúpula propriamente dita, de 20 ao 22, e até que o acordo saia. "As pessoas sempre mostram suas cartas no último minuto."

Segundo a ONU, 134 chefes de Estado e de governo já se inscreveram para falar na próxima semana, mais que na Eco-92 (108) e na Rio+10, em Johannesburgo (104).

FAMÍLIA


A Rio+20 integra uma família de cúpulas da ONU sobre ambiente. A primeira foi em Estocolmo, Suécia, em 1972, dando origem ao relatório "Nosso Futuro Comum". Ele define **desenvolvimento** sustentável como o que satisfaz as necessidades atuais "sem comprometer a capacidade das gerações futuras de se desenvolverem".

Na Rio+20, os temas centrais são: "economia verde no contexto do **desenvolvimento** sustentável e da erradicação da pobreza" e "estrutura institucional para o **desenvolvimento** sustentável".

As propostas em negociação incluem o fortalecimento do Programa da ONU para o Meio Ambiente e a criação de Objetivos de **Desenvolvimento** Sustentável, com metas para energia limpa e segurança alimentar.

número 20 mil

homens farão a segurança do encontro, entre militares e civis. O Exército iniciou ontem o patrulhamento da Linha Vermelha.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Comissão do pacto federativo mantém exigência de unanimidade no Confaz		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Raquel Ulhôa | De Brasília

"Sem inventar a roda", como diz o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, a comissão de especialistas criada pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para discutir o pacto federativo deve propor a manutenção da unanimidade para as decisões do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), mas com algumas exceções já previstas na legislação em vigor e a "remissão" dos incentivos fiscais concedidos por Estados sem o aval do órgão.

A comissão, cujo trabalho foi prorrogado por mais 90 dias a partir de hoje, discutiu ontem formas de acabar com a guerra fiscal entre os Estados - por meio do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviço (ICMS)** - e mudanças no indexador e nas condições de pagamento das dívidas estaduais com a União. As propostas foram apresentadas por Everardo, que é relator.

Ele estuda uma forma de propor a reestruturação do Confaz, inclusive com mudança do nome para Conselho Nacional do **ICMS** (Conaci). A ele passariam a ser vinculados o Comitê Gestor do Simples e demais órgãos de integração das administrações tributárias da federação.

Durante a discussão do indexador das dívidas estaduais, houve certo consenso em relação à substituição do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

"Os indexadores aplicados à dívida dos Estados e dos municípios são inapropriados. Sempre foram. Em tese, o mais adequado seria a Selic, mas o mais apropriado, nas circunstâncias, é o IPCA" diz Everardo. Ele propõe, também, uma redução do limite de comprometimento da receita (para 12% ou 11%) e a eliminação da "trava" do saldo devedor, para que ele seja pago em conformidade com o limite de

comprometimento. "O que eu sempre defendi é que você pague o que pode pagar."

Com relação à guerra fiscal do **ICMS**, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a preocupação da comissão, segundo o relator, é eliminar distorções que hoje existem e tentar disciplinar o que Everardo chama de "competição fiscal". Ele propõe, primeiro, explicar conceitos de isenção, benefício e incentivo.

Benefício é o conceito mais amplo, que engloba remissão, anistia, redução da base de cálculo, crédito presumido e muitas outras formas. Isenção é definida como dispensa, total ou parcial, do pagamento do **ICMS** (por prazo certo ou indeterminado e outras condições). Já o incentivo também é a dispensa, total ou parcial, do pagamento do imposto, mas concedido exclusivamente mediante redução de base de cálculo, por prazo certo e outras condições.

Pela proposta levada à comissão por Everardo - ainda em discussão -, a autorização para a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais dependerá de decisão unânime do Confaz, ressalvada a exigência de maioria de dois terços no caso de incentivos que satisfaçam requisitos. Entre eles, que o Estado que concede o incentivo tenha renda per capita inferior à nacional e o incentivo se destine exclusivamente à saída de produtos industrializados.

Os próximos assuntos da comissão, depois que os temas da dívida e da guerra fiscal forem concluídos, serão a mudança no critério de rateio do Fundo de Participação dos Estados e a distribuição dos royalties do petróleo. Ao final dos trabalhos, a comissão de 14 "notáveis" (tributaristas, economistas e advogados) deve apresentar propostas legislativas para tramitar ou não no Senado.



VEÍCULO
EM TEMPO ONLINE

EDITORIA

TÍTULO

Braga agradece a Dilma por medida em favor da Zona Franca de Manaus

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Em discurso no Plenário nesta segunda-feira (11), o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) elogiou a presidente da República, Dilma Rousseff, pela retificação do Decreto 7.742-2012 que reduziu as alíquotas de cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor de bebidas em todo país.

O decreto reduzia de 27% para 17% o IPI para fabricação de bebidas em âmbito nacional, prejudicando a competitividade do setor instalado na Zona Franca de Manaus. Após protestos da bancada amazonense, Dilma alterou o decreto, passando a redução de 27% para 20%.


“Quero louvar aqui a iniciativa da presidenta, na semana passada, em relação ao Pólo Industrial de Manaus que é responsável por boa parte da conservação e do financiamento do desenvolvimento econômico da nossa região e do Amazonas”, disse Eduardo.

Eduardo Braga assinalou que 98% da Floresta Amazônica brasileira estão preservados, devido ao vigor da

atividade econômica no Pólo Industrial de Manaus, alcançado em boa medida, afirmou, em razão da manutenção dos incentivos governamentais para a Zona Franca de Manaus.

Em seu pronunciamento, Eduardo Braga reafirmou seu compromisso de defender a maior floresta tropical do mundo e de garantir os direitos dos amazônidas à cidadania, à saúde, à educação, ao saneamento, ao emprego e à informação.

O senador lembrou que, durante seu primeiro mandato como governador do Amazonas, em 2004, criou nove áreas de conservação no sul do estado, com diferentes propostas de manejo, visando frear o desmatamento e a grilagem de terras.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Eduardo Braga agradece a Dilma por medida em favor da <u>Zona Franca de Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Da Redação

Em discurso no Plenário nesta segunda-feira (11), o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) elogiou a presidente da República, Dilma Rousseff, pela retificação do Decreto 7.742/2012 que reduziu as alíquotas de cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor de bebidas em todo país.

O decreto reduzia de 27% para 17% o IPI para fabricação de bebidas em âmbito nacional, prejudicando a competitividade do setor instalado na Zona Franca de Manaus. Após protestos da bancada amazonense, Dilma alterou o decreto, passando a redução de 27% para 20%.

— Quero louvar aqui a iniciativa da presidenta, na semana passada, em relação ao Pólo Industrial de Manaus que é responsável por boa parte da conservação e do financiamento do desenvolvimento econômico da nossa região e do Amazonas — disse.

Eduardo Braga assinalou que 98% da Floresta Amazônica brasileira estão preservados, devido ao vigor da atividade econômica no Pólo Industrial de Manaus,

alcançado em boa medida, afirmou, em razão da manutenção dos incentivos governamentais para a Zona Franca de Manaus.

Em seu pronunciamento, Eduardo Braga reafirmou seu compromisso de defender a maior floresta tropical do mundo e de garantir os direitos dos amazônidas à cidadania, à saúde, à educação, ao saneamento, ao emprego e à informação.

O senador lembrou que, durante seu primeiro mandato como governador do Amazonas, em 2004, criou nove áreas de conservação no sul do estado, com diferentes propostas de manejo, visando frear o desmatamento e a grilagem de terras.

Agência Senado